

Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde

University professors' perception of the repercussions of their work on their own health

La percepción de los profesores universitarios acerca de las repercusiones de su labor en la propia salud

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1155>

Maria Angélica Godinho Mendes de Abreu, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), Salvador, BA, Brasil. E-mail: angelicagmendes@yahoo.com.br.

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), professora adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Ufba, Salvador, BA, Brasil. E-mails: therezacoelho.ihac@gmail.com; maria.thereza@ufba.br.

Jorge Luiz Lordelo de Sales Ribeiro, doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), professor adjunto do Instituto de Psicologia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Ufba, Salvador, BA, Brasil. E-mail: josales@ufba.br.

Resumo

Estudos sobre atividade docente apontam para uma sobrecarga de trabalho que pode gerar adoecimento. Esta pesquisa objetivou identificar e analisar as repercussões da prática docente sobre a saúde de professores universitários da área da Saúde. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com nove professores. Os dados foram coletados por entrevista semiestruturada e analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os impactos negativos da prática docente sobre a saúde dos professores sobressaíram nos resultados, sendo o estresse o mais significativo. A sobrecarga de trabalho, as exigências e as cobranças aparecem como os principais aspectos geradores desses impactos. Faz-se necessário gerar mudanças na direção da promoção da saúde da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Saúde. Educação Superior. Docentes. Trabalho.

Abstract

Studies on the teaching activity point to a work overload that can lead to illness. This research aimed to identify and analyze the repercussions of the teaching practice on the health of professors from the Health field. A qualitative approach was used, with nine professors. Data were collected by means of a semi-structured interview and analyzed by the Bardin content analysis technique. The negative impacts of teaching on the professors' health stood out in the results, with stress being the most significant of them. Work overload and demands appear as the main triggers of these impacts. It is necessary to generate changes to promote the health of the academic community.

Keywords: Health. Higher Education. Faculty. Work.

Resumen

Hay estudios sobre la actividad docente que apuntan a una sobrecarga de trabajo que pueden causar enfermedades. Esta investigación

tuvo como objetivo identificar y analizar los efectos de la práctica de la enseñanza en la salud de los docentes universitarios del área de la Salud. Se utilizó un abordaje cualitativo, con nueve profesores. Los datos fueron recolectados mediante entrevistas semiestructuradas y analizados por la técnica de análisis de contenido de Bardin. Los impactos negativos de la práctica docente en la salud de los profesores se destacaron en los resultados. El estrés fue el más significativo. La carga de trabajo, los requisitos y los cargos aparecen como los principales aspectos generadores de estos impactos. Es necesario generar cambios en la dirección de la promoción de la salud en la comunidad académica.

Palabras clave: Salud. Educación Superior. Docentes. Trabajo.

1 TRABALHO DOCENTE E SAÚDE

A relevância das discussões em torno da docência e suas práticas envolvem a complexidade, a urgência e o potencial transformador da educação como um projeto que possa promover uma sociedade mais humanizada e democrática. O século XX carregou, em grande parte, especificidades do século XIX, como a influência do pensamento cartesiano. Este propõe um conhecimento dividido em especialidades, assim contribuindo para uma visão reducionista e fragmentada do homem. Desse modo, o cartesianismo possibilitou o desenvolvimento da ciência moderna, provocando, contudo, a dicotomia corpo e mente. O corpo, nessa perspectiva, é separado do sujeito, desprovido de subjetividade e seu funcionamento é comparado ao de uma máquina, passível de ser investigado por uma ciência de orientação mecanicista, marcando a inexistência dos fenômenos mentais nele (DARWIN, 2011).

Com a hegemonia do discurso biomédico, a subjetividade torna-se um tema cada vez mais periférico e à margem das relações médico-paciente e da prática médica, pois provoca um desconhecimento crescente dos fatores subjetivos da doença, assim como as possibilidades dos seus mecanismos protetores. A tendência da concepção biomédica, portanto, é focalizar o processo saúde-doença na dimensão biológica do indivíduo, sem a devida importância para o modo de vida que o articula ao mundo

e à sociedade, assim como aos processos sociais e institucionais que comprometem a sua saúde (GONZÁLEZ REY, 2011).

A psicologia reivindica, com todo o ônus de uma ciência nova que desbrava o seu lugar frente a um dogmatismo metodológico, a compreensão da complexidade do ser humano, considerando a singularidade e especificidades de seu objeto (DARWIN, 2011). Como o ensinar e o aprender compreendem a dimensão subjetiva dos atores envolvidos no contexto do ensino e da aprendizagem, é no diálogo, na relação com o outro (principalmente os discentes) que a experiência docente fundamenta-se e solidifica-se, dando sentido à experiência vivida, reinventando-se mutuamente. Assim, marca-se a importância das configurações subjetivas dos sujeitos, os quais vivem suas relações nesse contexto social (COELHO, 2012).

Segundo Freitas (2013), no Brasil, a partir das primeiras décadas do séc. XX, com o processo de industrialização, começa um período de mudança no modelo econômico-político, o qual fortaleceu demandas empresariais por maior competitividade e produtividade, logo favorecendo o crescimento da terceirização, a diminuição dos salários e a fragilização dos contratos de trabalho, de modo que a relação direta do trabalho com o contexto socioeconômico capitalista repercute fortemente sobre a educação e a saúde do trabalhador.

Nesse momento sócio-histórico, caracterizado por uma sociedade de produção em massa, a educação sofre grande influência do pensamento racional e tecnicista; conseqüentemente, a universidade também. Esta privilegiando uma “formação utilitarista, técnica e científica”, apresentando projetos pedagógicos pautados em grades curriculares, implementa o processo ensino-aprendizagem na reprodução do saber e na memorização (ALMEIDA, 2011, p.95). Nas instituições de ensino, mudanças são emergentes na forma de interação, nos comportamentos e nos conceitos de ensinar e aprender (RIBEIRO; CRUZ, 2011).

No Brasil, o trabalho docente vem se tornando, cada vez mais, tema de estudos (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005) nas últimas décadas do século XX, a partir do movimento das reformas educacionais

relacionadas às questões estruturais, de identidade, pedagógicas (RIBEIRO; CRUZ, 2011) e das transformações sociais, sendo abordados os efeitos da ocupação sobre a saúde desses profissionais (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Segundo Dejours (1988), o trabalho pode ser estruturante ou patogênico. Ele pode ser favorável à saúde mental e do corpo quando "As exigências intelectuais, motoras ou psicossensoriais da tarefa estão de acordo com as necessidades do trabalhador[...]" (Dejours, 1988, p.134) ou quando a concepção, ritmo e o fazer estão a cargo do trabalhador. O autor aponta que, nesses casos, o profissional pode modificar a organização do seu trabalho de acordo com suas necessidades ou desejos. Assim, pode contar com sua vivência subjetiva e o prazer do trabalho.

O trabalho pode tornar-se patogênico, porque tem potencial de secundarizar a subjetividade e de provocar alienação, principalmente quando a demanda de tolerância vai contra os desejos, necessidades e saúde do sujeito. Para Dejours (1988), a alienação é a fase primeira e necessária à sujeição do corpo, que se torna mais fácil com o trabalhador cansado, principalmente nos finais de ano e no meio das semanas. Segundo Araújo et al. (2005), Lemos (2005) e Meira et al. (2014), estudos têm revelado os processos de adoecimento da classe docente e, conseqüentemente, a necessidade de intervenções para a melhoria das suas condições de trabalho. No estudo realizado com 314 professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, Araújo et al. (2005) observaram alta prevalência de queixas relacionadas à saúde dos docentes, sendo o cansaço mental a queixa mais frequente. As autoras sugerem que essas queixas estão relacionadas ao aumento das responsabilidades docentes ao longo dos anos, em razão do aumento do número de alunos e cursos, sem o crescimento correspondente da infraestrutura, recursos materiais e de pessoal.

A crescente demanda por produções científicas e publicações, acrescidas às atividades do cotidiano docente, como a sala de aula, planejamento, avaliação, além da participação na rotina administrativa, são fatores geradores de uma sobrecarga de trabalho (BOSI, 2007; RIBEIRO; CRUZ, 2011). Uma problemática conhecida nos estudos em educação, segundo Strack, Loguércio e Del Pino (2009, p. 433), é "[...] a intensificação do trabalho docente e as ferramentas de avaliação e repasse de recursos por agências financiadoras de projetos de pesquisa".

A mercantilização do ensino superior, por exemplo, vivenciada fortemente ao longo dos anos noventa como consequência da forte atuação do Banco Mundial, teve o preço de muitas modificações nas rotinas dos docentes para além da proliferação de instituições privadas e da estagnação das instituições públicas, contando principalmente com a redução dos orçamentos, fechamento dos concursos e a flexibilização e precarização dos contratos trabalhistas (BOSI, 2007). É a partir de 2002 que a universidade pública volta a ser palco de novos investimentos, com a abertura de 18 universidades federais, alocando um grande contingente de novos docentes.

Como aponta Guimarães (2011), a universidade e as instituições de ensino superior pautam-se cada vez mais na pesquisa desenvolvida, na produção do conhecimento e, conseqüentemente, na publicação. Esta chega a ser uma obrigação, principalmente para garantir a existência, o reconhecimento e o crescimento dos programas de pós-graduação. Para este autor, há uma relação de poder que sustenta a corrida das instituições em um ranking, na busca dos melhores lugares. A ênfase dada à pesquisa tende a enviesar o olhar sobre a real base para a formação do professor e para um ensino de qualidade, o que pode ofuscar ou provocar um prejuízo às tantas outras atividades necessárias ao ensino, como, por exemplo, o preparo das aulas, a qualidade e a rapidez na correção dos trabalhos, entre outras.

As relações também são fatores de impacto na educação quando somadas a um trabalho que prevê reuniões e o exercício de planejar e avaliar conjuntamente com pares. A responsabilidade com uma formação reflexiva, crítica, cidadã, humanística, como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), principalmente na área da Saúde (BRASIL, 2014), exige uma implicação maior do docente numa relação dialógica, continente, ativa e aberta à escuta do sujeito. O professor seguirá na sua vida profissional visando a promoção da saúde, da autonomia e do cuidado.

Nesse momento de inúmeras demandas de informação em tempo real, de uma atenção contaminada pelo consumismo e pela urgência, o perfil do estudante torna-se ainda mais desafiador e demandante, portanto

exigindo novas habilidades e competências ao professor. Este carece de formação para atender às rápidas mudanças que lhe são endereçadas. Segundo Silvério et al. (2010, p. 68), muitos fatores geram impactos na qualidade de vida dos docentes, incluindo os vinculados aos alunos como: "displicência", "intransigência", "atitudes antiéticas", "competitividade", entre outras características.

O trabalho docente é fator capaz de gerar adoecimento, podendo limitar ou até mesmo impedir o indivíduo de trabalhar (BORSOI, 2007), visto que a sobrecarga de trabalho dos docentes no ensino superior está cada vez maior devido ao acúmulo de responsabilidades, as quais podem se estender, muitas vezes, durante os três turnos do dia. Esses aspectos tornaram-se preocupantes e têm sido fonte de estudos, mas ainda de pouca intervenção, como ressaltaram Lima e Lima-Filho (2009, p. 62):

[...] os processos de trabalho atualmente em cursos em instituições universitárias públicas brasileiras interferem na saúde de professores(as), ao mesmo tempo que tem sido pequena a atenção das autoridades governamentais e mesmo dos dirigentes institucionais para um quadro crescente de mal-estar entre os docentes.

Pesquisas com professores universitários, portanto, retratam a mudança, em grande parte, negativa, do efeito do trabalho docente sobre a saúde dessa população. Estudos como o de Lemos (2005), Reis et al. (2005), Suda et al. (2011), entre outros, mostram a associação da precarização do trabalho docente aos problemas de saúde decorrentes do uso intensivo da voz, da postura corporal adotada e da exposição a cargas psíquicas. Fontana e Pinheiro (2010) realizaram pesquisa com 94 docentes do Departamento de Ciências da Saúde em uma universidade regional do Rio Grande do Sul, em que 34% das queixas foram referentes ao estresse e irritabilidade. Dentre os 26,4% que informaram sofrimento psíquico, prevaleceu a ansiedade. Entretanto, como afirmam Lopes (2006), Silvério et al. (2010), embora os docentes experimentem constantemente situações de tensão e sobrecarga de trabalho que provocam desconforto, mal-estar e adoecimento, a universidade se mantém como um espaço vivo, e o trabalho, como estímulo à vida. Tal situação é afirmada no estudo de Servilha e Arbach (2011).

Considera-se que conhecer agravos e refletir sobre a realidade e experiências vividas podem contribuir para escolhas mais objetivas e consistentes, como a prevenção do sofrimento e adoecimento, podendo facilitar o deslocamento do indivíduo frente a algo que lhe cause mal-estar. Sua percepção, portanto, sobre suas condições de vida, de trabalho etc pode funcionar como indicador de mudança ou mesmo como instrumento de sensibilização para gestores ocupacionais (CZEKSTER, 2007; FONTANA; PINHEIRO, 2010; PERES; LEITE; KURCGANT, 1998). A reflexão emancipa e empodera o indivíduo, na medida em que o sujeito é capaz de buscar relações de causa e efeito e muda suas expectativas pessoais e sociais.

Trata-se, então, de estudar uma problemática tendenciosa a se modificar ao longo do tempo, refletida num crescente, embora ainda insuficiente, aumento de estudos sobre o impacto do trabalho docente na saúde de professores do ensino superior, que ora apontam para impactos negativos, ora para consequências positivas da docência. Nesse contexto, o presente estudo objetivou analisar a percepção das implicações do trabalho docente na saúde dos professores participantes desta pesquisa, a fim de aprofundar essa problemática.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como descritivo exploratório, de abordagem qualitativa. Realizou-se com nove professores de uma universidade pública, de um curso superior em saúde. A instituição, atualmente, conta com 11 docentes, sendo nove mulheres e dois homens. Foram excluídas da amostra duas professoras, por pertencerem à equipe desta pesquisa. Os participantes estão representados, neste estudo, pela letra P, de participante, acrescida de um numeral.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas em sala reservada, em dias e horários previamente combinados, no período de 17 de setembro até 20 de novembro de 2014. A entrevista contou com um roteiro semiestruturado de 31 questões. Este estudo contemplou apenas a investigação dos dados sociodemográficos e as perguntas: "Sua prática profissional tem algum impacto na sua saúde? Se

sim, qual(is)?" ; "Que fatores ou aspectos você considera que geram tais impactos?".

As entrevistas foram gravadas com aparelho celular e laptop e, posteriormente, transcritas na íntegra no Microsoft Word. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (1977, p. 105), segundo a qual o "tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado".

Após a leitura exaustiva do conteúdo das entrevistas, realizou-se uma análise de conteúdo temática, identificando as unidades de significação que, por proximidade e sentido, relacionaram-se aos objetivos do estudo e originaram as categorias mediante as quais os discursos foram analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os docentes deste estudo pertencem a uma faixa etária que varia entre 36 e 59 anos, com média de 45 anos. Quanto ao estado civil, quatro são solteiros, duas são divorciadas, dois são casados e uma citou união estável. Quanto à religião, cinco consideram-se sem religião, e quatro, católicos, sendo que um se refere como não praticante.

Os professores possuem formação acadêmica nas áreas de Medicina, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional. Na época, os participantes do estudo se encontravam em regime de trabalho de dedicação exclusiva na universidade, com alto nível de qualificação, na medida em que oito possuem doutorado, e uma, pós-doutorado, sendo 8 na área da Saúde Pública ou Saúde Coletiva. É importante salientar que, além das ações realizadas em sala de aula, esses docentes encontram-se vinculados a um instituto da área da Saúde, estão sempre envolvidos em atividades administrativas, de pesquisa, e sete deles em atividades de extensão. A maioria revelou forte envolvimento com o trabalho e elevado nível de exigência consigo e com os outros. Além de esses professores terem formação na área da saúde e lecionarem na mesma área, atuam em um curso cujo projeto político-pedagógico tem foco no trabalho em

equipe multiprofissional, formação humanística, comprometimento com as políticas públicas, articulação com os aspectos políticos e sociais da saúde.

Conforme sugerem Lima e Lima-Filho (2009), apresentar resultados locais sobre questões de trabalho e saúde vivenciadas por professores universitários permite dar visibilidade a essa realidade, fomentar novos estudos e medidas de prevenção. Sendo assim, é importante descrever como os participantes desta pesquisa vêm a sua prática docente em relação à sua saúde, inclusive por trabalharem com essa temática.

A partir da leitura e análise das entrevistas, com relação aos impactos que a prática docente causa na saúde, construíram-se as seguintes categorias: 1) Impactos físicos e orgânicos, representados por sintomas identificados no corpo; 2) Impactos psicológicos, representados por sintomas de ordem emocional, vinculados à sensação ou sentimento do indivíduo sobre a sua condição. Quanto aos fatores que geraram tais impactos, as categorias elaboradas foram: 1) Fatores de ordem profissional, representados por aspectos relacionados à profissão e função do docente; 2) Fatores de ordem institucional e estrutural, que envolvem a estrutura administrativa e as condições do trabalho; 3) Fatores de ordem institucional e política, envolvendo aspectos da gestão e política institucional.

No exercício profissional da atividade docente, aspectos psicossociais estão presentes e relacionados às suas funções, assim como ao contexto institucional e social no qual são exercidas, gerando impactos no processo saúde-doença desses profissionais.

3.1 Impactos negativos da prática docente

Neste estudo identificaram-se, por sete participantes, impactos negativos da prática docente sobre a sua saúde, com maior frequência dos dados na categoria dos impactos psicológicos. Tal aspecto pode relacionar-se ao elevado grau de envolvimento e exigência pessoal, que se reflete no trabalho. Esses impactos são de natureza psicológica e física, como foi mencionado.

Os impactos psicológicos representaram-se pelo *estresse* (P2; P3; P5; P8; P9), *ansiedade* (P1; P2), *irritação* (P7; P8), *frustração* (P3) e *preocupação* (P9). O *estresse* foi o impacto mais citado. As falas abaixo exemplificam essa categoria:

Um pouco de ansiedade, dar conta de todas as tarefas. (P1)

É que você tem que publicar e que você só é valorizado se você publicar e se você orientar [...], então eu acho que isso entraria aí como um fator de estresse, né? O estresse adoecedor. (P2)

[...] o maior impacto é o estresse e a irritabilidade. (P8)

[...] comprometimento do sono, preocupações, estresse, férias reduzidas. (P9)

Segundo Goulart Junior e Lipp (2008), algumas profissões expõem os profissionais a situações estressantes. No seu cotidiano, o professor está submetido a muitas variáveis que podem contribuir para o desequilíbrio, seja físico ou mental, levando-o a desenvolver estresse, que compreende um quadro sintomatológico que se prolonga por certo tempo. Em estudo com 175 professores do ensino fundamental do interior de São Paulo, esses autores referem que 56,6% da população pesquisada apresentou estresse, resultado que revela um significativo nível de tensão, o qual pode abalar o equilíbrio interno e o nível de satisfação com o trabalho, entre outras consequências. Queixas de estresse, ansiedade e irritabilidade estão presentes neste e em outros estudos (ARAÚJO et al., 2005; FONTANA; PINHEIRO, 2010; GOULART JUNIOR; LIPP, 2008; LIMA; LIMA-FILHO, 2009), apontando indicadores de sofrimento psíquico.

Os dados encontrados corroboram a literatura, considerando-se o exemplo, também, da pesquisa realizada com 50 professores numa universidade privada de São Paulo, em que a maioria percebeu algum comprometimento na sua saúde, principalmente exaustão emocional e dores musculoesqueléticas (SUDA et al., 2011). Kovess-Masféty et al. (2006) referem-se a estudos sobre maior incidência de transtorno de ansiedade em professores do sexo masculino. A maioria desses estudos descreve um elevado nível de fadiga mental entre os professores, como:

sofrimento psíquico e esgotamento profissional (*burnout*). Salientam, no entanto, quatro fatores principais identificados como fontes de estresse: o mau comportamento do aluno, más condições de trabalho, pressão de tempo e um clima escolar negativo, além de um baixo nível de supervisão e apoio. Todos esses fatores foram citados pelos participantes deste estudo, conforme mencionado, acrescentando-se os impactos físicos percebidos.

Na categoria dos impactos físicos e orgânicos, identificaram-se os seguintes impactos: na *garganta* (falta voz) (P1), na *cabeça* (cefaleia) (P2), no *sistema imunológico* (P2), no *sistema musculoesquelético* (P3) e no *sistema nervoso* (comprometimento do sono) (P9).

[...] fico pensando na voz... dar aula, geralmente, se eu não tiver bebido água eu saio bem rouca, eu falo muito. (P1)

[...] impactos de ordem física do ponto de vista musculoesquelético, do corpo. (P3)

Distúrbios vocais são frequentemente citados em pesquisas com professores (ARAÚJO et al., 2005; LEMOS, 2005; LIMA; LIMA-FILHO, 2009), sendo geralmente enfrentados com constante ingestão de líquido e, algumas vezes, com uso de microfone, o que não é uma realidade das instituições públicas. Dores musculoesqueléticas são frequentes, geralmente devido ao professor passar muito tempo em pé, carregar material didático para sala de aula, além de cansaço e tensões (FONTANA; PINHEIROS, 2010; LEMOS, 2005; LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Tais dores podem ser provenientes de estresse e colaborar para uma pior percepção da saúde (SUDA et al., 2011). Todos esses fatores também são encontrados em estudos com professores do ensino fundamental e médio, apresentando como sintomas cansaço mental, nervosismo e queixas físicas como rouquidão, dor nos membros superiores e varizes (MEIRA et al., 2014; REIS et al., 2005).

3.2 Fatores que geram impactos negativos

Neste estudo, os principais fatores identificados pelos docentes como geradores dos impactos negativos foram agrupados na categoria fatores de ordem institucional e estrutural, como *muito trabalho* (P1; P3;

P8; P9) e *atividades administrativas*(P5); e na categoria fatores de ordem institucional e política, *exigências e cobranças*(P1; P2). Esses fatores podem ser observados nos seguintes relatos:

[...] as exigências de hoje, do professor universitário, você não tem hora [...]. Você tem que dar esse momento de sair, de parar. Teoricamente, a gente trabalha o tempo todo. (P1)

[...] há uma supervalorização da competência, de todos os níveis, então você tem que publicar artigo Qualis A, internacional. (P2)

[...] têm menos professores para mais alunos, o seu trabalho aumenta, isso exige uma carga de trabalho maior, seja na preparação de aulas, correção de trabalhos, e isso gera um sobretrabalho. (P3)

[...] durante os períodos que eu tive que exercer atividades administrativas eu ficava muito mais estressada. (P5)

Estudos afirmam que existe uma sobrecarga de trabalho e de exigências, principalmente em relação à pesquisa, à produção e à publicação de artigos, que ocupam muito o tempo do professor universitário, chegam a invadir a vida pessoal, além de criar um clima de competição entre pesquisadores, universidades e programas de pós-graduação (GUIMARÃES, 2011). Ou seja, atendem à lógica do capitalismo e a uma maior valorização de aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos (FREITAS, 2013).

Para além da produção e publicação de material científico, muitas atividades administrativas vinculadas à realização das pesquisas ficam a cargo dos professores, apontando, muitas vezes, para a falta de estrutura e de suporte institucional (LIMA; LIMA-FILHO, 2009; STRACK; LOGUÉRCIO; DEL PINO, 2009), conforme relato de um docente da população estudada, exemplificado pelo fragmento abaixo:

[...] enfrentar [...] as pessoas que conduzem esse sistema para conseguir o que eu preciso é muito desgastante... algo que eu deveria pedir e receber [...] são ligações, manhãs inteiras [...]. Eu tinha uma lista assim de coisas que eu precisava, que eu fui ticando, ticando, ticando. (P7)

Em pesquisa realizada com 189 professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Lima e Lima-Filho (2009) relatam que os professores continuam trabalhando nos finais de semana e nos períodos destinados às férias, ou melhor, ao descanso e lazer. Esses dados nos fazem refletir quanto à dificuldade de estabelecer o limite entre o trabalho e a vida familiar. Essa área é invadida pelo volume de trabalho, dado verificado nesta e em outras pesquisas (PAIVA et al., 2002; SILVÉRIO et al., 2010). Para González Rey (2011), o tempo aparece naturalizado para a maioria das pessoas como um “tempo dado”, sendo uma configuração subjetiva que, diante dos contextos da vida, pode impedir o sujeito de senti-lo como seu assim como de ser o gerador de bem-estar. A limitação do tempo de lazer pode ser um fio condutor para o desencadeamento do estresse, dado merecedor de muita atenção (REIS et al., 2006).

3.3 Impactos positivos da prática docente

Apenas três participantes consideraram o impacto da prática docente como positivo, com os dados agrupados na categoria de impactos psicológicos, a exemplo dos fragmentos das seguintes falas: “[...] me dá subterfúgios para me defender, para lutar.” (P4), “[...] fico mais feliz.” (P5) e “[...] me dá força, vigor [...] eu tenho muito prazer.” (P8)

É digno de nota que uma menor parcela dos professores considerou como positivos os impactos de sua prática docente na própria saúde e que pouco se discorreu sobre tais impactos. Isto se liga à predominância do desconforto e sofrimento decorrentes das condições da docência. Marqueze e Moreno (2009), em estudo realizado com 154 docentes universitários, identificaram que a satisfação no trabalho e o índice de capacidade para o trabalho em docentes da área de Saúde encontram-se altamente correlacionados e demonstram relevância na saúde dos professores. Nesse estudo, os aspectos mais relacionados ao nível de satisfação foram: o conteúdo do trabalho realizado, o relacionamento com outras pessoas na instituição e o grau de motivação para o trabalho.

Servilha e Arbach (2011), em estudo com 84 professores da área de Saúde, encontraram 15 itens considerados favoráveis à prática docente (65,21%) entre os 23 itens pesquisados, envolvendo aspectos positivos e negativos da organização do trabalho docente. Assim, as autoras consideraram que, apesar de alguns aspectos da organização do trabalho necessitar de melhorias, a universidade é considerada um local saudável de trabalho.

3.4 Fatores geradores de impactos positivos

Os fatores geradores de impactos positivos estão agrupados na categoria fatores de ordem profissional, como: “Estudar, ler, discutir sobre a temática”(P4), “Estar com os alunos”(P5) e “Consigno resolver os meus problemas [...] tô criando coisas legais”(P8). Esses fatores nos remetem ao fato de que sentimentos de satisfação são identificados e apontam para a importância da relação com o alunado e seu processo de aprendizagem, para a realização pessoal e para os aspectos políticos que o conhecimento e a prática acadêmica comportam, na direção do processo de subjetivação e autonomia dos sujeitos.

[...] É um impacto muito positivo, porque o que eu estudo como acadêmica me dá subterfúgios pra eu me defender e lutar dentro dos ambientes de assistência [...] estar inserida, estudando, lendo sobre isso, discutindo com as pessoas sobre essa temática me dá um agenciamento. (P4)

[...] estar com os alunos é o que me faz mais feliz. Eu adoro quando eu vejo o olhinho do aluno brilhar. E é ótimo quando a gente faz uma coisa na sala de aula que o aluno faz “ahhh...” Acende aquela luzinha, [...] Nesse momento vale a pena ser professora. (P5)

[...] é um trabalho que eu tenho muito prazer, que eu consigo resolver os meus problemas, enfim, me sinto renovado, tô criando coisas legais. (P8)

Os aspectos positivos da prática docente sobre a saúde desses professores são de grande relevância, pois realçam a importância das dimensões psicossociais da saúde, além de reafirmarem que, apesar das dificuldades vivenciadas, a docência implica, também, em vivência de

prazer e satisfação. As pesquisas de Lopes (2006), Silvério et al. (2010) confirmam isso, indicando que tal vivência se dá, principalmente, nas interações do processo ensino-aprendizagem, sendo a universidade um espaço de trocas propiciadas pela autonomia e pela criatividade.

Estudo realizado por Czekster (2007) com 15 professores de uma escola pública do Rio Grande do Sul identificou três aspectos vinculados ao prazer no trabalho: bom convívio com os colegas, recompensa na interação com o alunado e possibilidades de autorrealização. A autora traz à luz o fato de que a autorrealização pressupõe inovação e criatividade, permitindo a quebra da rotina e provocando autonomia. Nesse estudo, a autora reafirma que a autonomia é o principal fator de prazer no trabalho docente, embora ocorram dificuldades encontradas no ensino. Ela também faz alusão à satisfação na relação com o alunado, quando o professor percebe os benefícios produzidos para o outro, reverberando como um benefício para si próprio, no aumento da sua experiência e superação de suas dificuldades. No presente estudo, esses aspectos foram mencionados pelos professores como promotores de impactos positivos na própria saúde.

A teoria da psicodinâmica do trabalho de Dejours (1988) é uma das que relacionam a satisfação no trabalho à saúde, articulando a satisfação ao prazer ou felicidade, promotores de saúde, e a insatisfação ao desprazer ou sofrimento no trabalho, geradores de adoecimento. Segundo Martinez e Paraguay (2003), apesar de a influência que a satisfação no trabalho exerce sobre a saúde do trabalhador, não existe consenso entre os conceitos e teorias que abordam essa relação. A autora, porém, relaciona estudos que indicam a satisfação no trabalho como um dos principais aspectos para a satisfação geral com a vida.

A percepção de desafio na resolução de problemas, a possibilidade de criação e de relações interpessoais satisfatórias, entre outros, foram exemplos apontados pela autora em seus estudos como promotores de satisfação no trabalho, os quais estão relacionados com os citados pelos participantes deste estudo que consideraram o impacto da prática docente na saúde como positivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que os aspectos psicossociais estão presentes e relacionados à atividade docente, assim como ao contexto institucional e social nos quais é exercida, pois geram impactos no processo saúde-doença desses profissionais. Os professores participantes deste estudo possuem uma ampla formação na área da Saúde, campo de natureza interdisciplinar. Atuam num curso com uma proposta inovadora de formação e têm como função contribuir com a formação de sujeitos reflexivos e críticos a respeito dos processos de saúde-doença e das práticas de cuidado em saúde. Entretanto, encontram-se submetidos a um processo de trabalho considerado predominantemente adoecedor. Este é um dado relevante e pode estabelecer-se como uma contradição ou, minimamente, como um desencontro entre os âmbitos da formação acadêmica e da gestão universitária, também realizada por professores.

Ou seja, como pensar e ensinar saúde com base num conceito ampliado e negligenciar ou silenciar os efeitos do trabalho na própria saúde? Como não denunciar tal contradição? Será que não cabe aos professores universitários da área de Saúde ser protagonistas de uma revisão por melhores condições de trabalho no ensino superior? Desse modo, algum deslocamento poderia ser gerado em relação ao modelo biomédico hegemônico presente, também, na universidade, de modo a contemplar o conceito ampliado de saúde e colocá-lo em prática.

Nesta pesquisa, as implicações da prática docente na saúde dos professores foram percebidas, na sua maioria, como negativas. Os resultados encontrados foram similares aos de outros estudos, destacando-se o estresse, a ansiedade e a irritação como principais impactos psicológicos, e o impacto na voz, no sistema musculoesquelético e no sono como impactos físicos. Este estudo indica a presença de estresse como principal impacto negativo, que confere um aumento de tensão no exercício dessa profissão.

A complexidade da prática docente explicitada nesta e em outras pesquisas denuncia uma experiência de trabalho que tem muitas implicações sobre a saúde dessa classe de trabalhadores, com

o agravante de estarem submetidos a um processo avaliativo com base na produtividade desenfreada e ainda pouco discutida frente aos órgãos avaliativos e de fomento. Muitos aspectos dessa prática, que invade a vida privada, como a sobrecarga de trabalho e suas implicações sobre o tempo, a falta de suporte e as múltiplas responsabilidades, foram revelados como fatores promotores de estresse, ansiedade e, muitas vezes, adoecimento. Esses aspectos são corroborados pela literatura.

Muitos estressores presentes no cotidiano dos docentes podem, em sua maioria, ser fomentados e sedimentados por políticas que têm negligenciado condições importantes à saúde dos professores. Uma escuta ativa por parte das instituições de ensino pode favorecer a realização de ações preventivas ou assistenciais capazes de diminuir ou mesmo eliminar a tensão ocupacional. Estudos sobre a prática docente e seu impacto sobre a saúde dos professores permitem uma maior compreensão sobre a precarização do trabalho docente ao longo do tempo e evidenciam a necessidade de maior atenção às condições do trabalho, à gestão e ao estabelecimento de políticas que estejam mais implicadas na qualidade da educação e da proteção à saúde física e mental dos seus profissionais.

Referências

ALMEIDA, L.R.M. Avaliação da aprendizagem: reflexões sobre os desafios atuais. In: RIBEIRO, M.L.; MARTINS, É.S.; CRUZ, A.R.S. (Orgs.). **Docência no ensino superior**: desafios da prática educativa. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 81-107.

ARAÚJO, T.M. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/bardin-laurence-analise-de-conteudopdf.html>>. Acesso em: 17 maio 2015.

BORSOI, I.C.F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, Edição Especial, p. 103-111, 2007.

BOSI, A.P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução nº 196/1996. [Internet]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 8-11. Disponível em: <<http://goo.gl/PHk8yA>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

COELHO, C.M.M. Formação docente e sentidos da docência: o sujeito que ensina, aprende. In: MARTINEZ, A.M.; SCOZ, B.J.L.; CASTANHO, M.I.S. (Orgs.). **Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco**. Brasília: Liber Livros, 2012. p. 111-129.

CZEKSTER, M.D.V. **Sofrimento e prazer no trabalho docente em escola pública**. 2007. 151 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DARWIN, C.R. Prefácio. In: GONZÁLEZ REY, F.L. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: CORTEZ, 2011. p. 11-18.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: um estudo de psicopatologia do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988.

FONTANA, R.T.; PINHEIRO, D.A. Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n.2, p. 270-276, jun. 2010.

FREITAS, C.E.S. **Trabalho docente e saúde: efeitos do modelo neoliberal**. Feira de Santana: UEFS, 2013.

GASPARINI, S.M.; BARRETO, S.M.; ASSUNÇÃO, A.A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GONZÁLEZ REY, F.L. **Subjetividade e saúde**: superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2011.

GOULART JUNIOR, E.; LIPP, M.E.N. Estresse entre professoras do ensino fundamental de escolas públicas estaduais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 847-857, out./dez. 2008.

GUIMARÃES, V.S. A docência universitária e a constituição da identidade profissional do professor. In: RIBEIRO, M.L.; MARTINS, É.S.; CRUZ, A.R.S. (Orgs.). **Docência no ensino superior**: desafios da prática educativa. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 15-29.

KOVESS-MASFÉTY, V. et al. Do teachers have more health problems? Results from a French cross-sectional survey. **BMC Public Health**, London, v. 6, n. 101, s/p, 2006.

LEMOS, J.C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. 2005. 137 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LIMA, M.F.E.M.; LIMA-FILHO, D.O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009.

LOPES, M.C.R. “Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-48, 2006.

MARQUEZE, E.C.; MORENO, C.R. de C. Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2009.

MARTINEZ, M.C.; PARAGUAY, A.I.B. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, p. 59-78, 2003.

MEIRA, T.R.M. et al. Percepções de professores sobre trabalho docente e repercussões sobre sua saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 276-282, abr./jun. 2014.

MEIS, L. et al. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, v. 36, n. 9, p. 1135-1141, 2003.

PAIVA, K.C.M. et al. Situação de trabalho, qualidade de vida e estresse no ambiente acadêmico: comparando professores de instituições pública, privada e confessional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 26, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-cor-610.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

PERES, H.H.C.; LEITE, M.M.J.; KURCGANT, P. A percepção dos docentes universitários a respeito de sua capacitação para o ensino em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 52-58, abr. 1998.

REIS, E.J.F.B. et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n.5, p. 1480-1490, set./out. 2005.

REIS, E. J. F. B. et al. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006.

RIBEIRO, M.L.; CRUZ, A.R.S. O papel do professor no ensino superior: representações sociais construídas por estudantes de cursos de licenciatura. In: RIBEIRO, M.L.; MARTINS, É.S.; CRUZ, A.R.S. (Orgs.). **Docência no ensino superior: desafios da prática educativa**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 109-135.

SERVILHA, E.A.M.; ARBACH, M. de P. Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 181-191, ago. 2011.

SILVÉRIO, M.R. et al. O ensino na área da saúde e sua repercussão na qualidade de vida docente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 65-73, jan./mar. 2010.

STRACK, R.; LOGUÉRCIO, R.; DEL PINO, J.C. Percepções de professores de ensino superior sobre a literatura de divulgação científica. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 15, n. 2, p. 425-442, 2009.

SUDA, E.Y. et al. Relação entre nível geral de saúde, dor musculoesquelética e síndrome de burnout em professores universitários. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v.18, n. 3, p. 270-274, jul./set. 2011.

Recebido em 08/08/2016

Aprovado em 16/11/2016